

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO**

**Membros e servidores que se encontram afastados para exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública\***

**ATUALIZADO ATÉ 30/06/2020**

NOME	CARGO	ÁREA	ESPECIALIDADE	SITUAÇÃO FUNCIONAL	DATA DA CESSÃO	ÓRGÃO EXTERNO	DESCRIÇÃO DA FC/CJ	FC/CJ
DENISE PARENTE VIEIRA	ANALISTA JUDICIÁRIO	JUDICIÁRIA		EFETIVO CEDIDO	26/11/2019	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	ASSESSOR II	FC-6
ELIS POLLYANNA DA SILVA ALVES	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA		EFETIVO CEDIDO	17/07/2017	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	CHEFE DO SETOR ELEITORAL	FC-1
FILIPPE SOARES LIZARDO	ANALISTA JUDICIÁRIO	JUDICIÁRIA		EFETIVO CEDIDO	20/10/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	ASSESSOR DE GABINETE	QTCC05
GLEISSE DANIELLE GONÇALO GUEIROS BARBOSA	ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA		EFETIVO CEDIDO	15/07/2019	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	SUPERVISORA - ASSISTENTE	FC-4
ISAIAS CORDEIRO DE SOUZA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	SEGURANÇA	EFETIVO CEDIDO	01/09/2012	JUSTIÇA FEDERAL-SEÇÃO JUCIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL	ASSISTENTE OPERACIONAL	FC-2
LUÍS FERNANDO PASIN	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	SEGURANÇA	EFETIVO CEDIDO	12/04/2010	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	FC-03 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/JUDICIÁRIO III	FC3
MELISSA ANTUNES DA SILVA CEREZINI	ANALISTA JUDICIÁRIO	JUDICIÁRIA		EFETIVO CEDIDO	10/03/2015	JUSTIÇA FEDERAL-SEÇÃO JUCIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL	DIRETOR DE SECRETARIA DA 2ª VARA FEDERAL DE DOURADOS	CJ-3
NICOLLE BARBALHO SIMONETTI DE QUEIROZ SOARES CASTRO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA		EFETIVO CEDIDO	24/01/2019	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ASSESSOR I DO GABINETE Nº 02 DOS JUÍZES DA CORTE	CJ-1
RAFAEL FALCÃO COSTA CARVALHO	ANALISTA JUDICIÁRIO	JUDICIÁRIA		EFETIVO CEDIDO	30/08/2019	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-2
SÁNDRA MARIA PETRI DAMIANI	ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA		EFETIVO CEDIDO	23/05/2016	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	ASSESSOR II	CJ-2

\* atualizada conforme Resolução CNJ n. 215/2015, alterada pela Resolução CNJ n. 260/2018